



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

*Aula e Solenidade de outorga do título de
Doutor Honoris Causa ao Presidente
Fernando Henrique, pela Universidade
Central da Venezuela*

CARACAS, VENEZUELA, 5 DE JULHO DE 1995

É com emoção e, por que não dizer, com sentimento de orgulho – e ao mesmo tempo de humildade – que recebo o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Central da Venezuela.

Em sua apresentação, o Professor Heinz Sonntag insistiu em que este ato de outorga a mim do título de Doutor *Honoris Causa* tinha uma motivação acadêmica e não política, pelo fato de um sociólogo ser hoje Presidente da República Federativa do Brasil. É assim, fazendo prevalecer o sentido e os valores mais puros da vida acadêmica, que uma instituição de ensino se afirma e se mantém.

Quero dizer-lhes que se fizemos algo em termos da busca do universal na América Latina, nas últimas décadas, foi porque fomos capazes de construir aquilo que é básico na vida universitária: um espírito de comunidade, de “estar juntos”, apesar da distância.

Foi uma característica do nosso Continente, e não só do nosso, o fato de que pensadores de determinado país pudessem influenciar pessoas de outros países. É certo também, e aqui me refiro ao Brasil, que alguns dos mais significativos cientistas sociais, ou protocientistas sociais, tentaram partir de uma visão um pouco mais ampla do que a

meramente nacional. Joaquim Nabuco foi um desses grandes políticos e intelectuais brasileiros; Andrés Bello é um nome com ressonância no Chile; Facundo tem uma obra que marcou gerações. E como esses que mencionei, há muitos outros.

Mas agora trata-se de algo distinto: o diálogo que vimos travando nos últimos quarenta anos tem sido permanente e vivo entre pessoas que, muitas vezes, nem se conheciam diretamente. Mas também havia muitos que se conheciam, que buscavam na relação direta a motivação para seguir adiante em suas elaborações intelectuais. Isso é algo que se deve destacar: que há um pensamento original nas Ciências Sociais latino-americanas, e que esse pensamento cresceu num âmbito maior que o de uma única universidade, de um único país, e que se manteve o espírito da comunidade, apesar da distância.

Foram décadas de convivência a distância, muitas vezes, de dezenas, talvez centenas de pessoas que, em conjunto, elaboramos uma visão, ou talvez muitas visões, mas sempre em torno do mesmo tema: o que significa “ser” americano; o que significa o desenvolvimento, a dependência, o autoritarismo, a possibilidade de ultrapassar as dificuldades, as novas dimensões do desenvolvimento. Sem dúvida, o diálogo não esteve confinado às universidades do nosso Continente. Sempre tivemos pontos de referência na Europa e nos Estados Unidos. Sempre rendemos homenagem aos grandes precursores, aos grandes fundadores das Ciências Sociais. Weber, por exemplo, sempre foi um ponto de referência; assim como Mar, Tocqueville e tantos outros. Do mesmo modo, não podemos nos esquecer de todos aqueles que pensaram outras realidades na América do Norte, na Alemanha e em outros países: Habermas, para citar alguém mais atual, Talcott Parsons, Merton, tantos outros anglo-saxões das Ciências Sociais.

Tomamos esses nomes como referência, mas jamais nos deixamos absorver por um espírito de imitação. Heinz Sonntag mencionou o título de um trabalho que escrevi há muitos anos, quando era professor da Cátedra Simon Bolívar, na Universidade de Cambridge, intitulado *Originalidade da cópia*. Nesse artigo, eu afirmava que em muitas de nossas reflexões, inclusive a teoria centro-periferia que foi o eixo central

do pensamento dos anos 50, se percebiam pontos de contacto com aquilo que já tinha sido dito por outros. Mas a “cópia” era original: acrescentava, não apenas interpretava. Não repetia, mas acrescentava e, ao acrescentar, transformava.

Quero voltar a um tema que esbocei em palestras recentes na Cepal e no Centro de Estudos Estratégicos Internacionais de Washington, o da avaliação, em perspectiva histórica, do pensamento latino-americano sobre a economia e a sociedade nos últimos quarenta anos. Não pretendo fazer um exercício nostálgico, mas buscar no “capital de conhecimentos” que acumulamos, como intelectuais, elementos para enfrentar os demos contemporâneos do nosso continente. Não são pequenos. Estimula-me o fato de encontrar muitos dos meus amigos acadêmicos não mais nos bancos e nas cátedras das universidades mas em postos de governo ou no parlamento. Talvez possamos examinar, com olhos diferentes, o que pensamos e, daí, tirar lições para o presente.

De uma forma esquemática, creio que, nos últimos anos, o pensamento latino-americano teve três fases bem marcadas:

1. Elaboração e afirmação (anos 50 e 60)
2. Crise e crítica (anos 70 e 80)
3. Renovação (anos 90).

Vou procurar elaborar sobre o tema sem o compromisso, perdoem-me os colegas, da precisão acadêmica. São referências preliminares tomadas mais da memória de quem viveu os problemas e dilemas da reflexão sociológica em nossas universidades e centros de estudo, do que uma volta meditada, com o aparato necessário da distância e da crítica, ao pensamento latino-americano.

1. Os anos de elaboração e afirmação (50 e 60)

Minha primeira observação é a de que devemos nos orgulhar da produção em ciências sociais na América Latina dos anos 50. Explicarei por que. Para isto, não vou recordar os seus conteúdos principais, bem conhecidos: a origem na Cepal, no vigor do pensamento de Prebisch e Echavarría, a teoria centro-periferia, as idéias de substituição de impor-

tações, a incorporação dos temas sociais, as idéias sobre integração e tantos outros. Posso referir-me também a um brasileiro, Celso Furtado, a um chileno que teve enorme influência aqui na Venezuela, Jorge Almada. Mas não tenciono alongar-me com listas de nomes de nossos mestres. Pretendo, sim, sublinhar outros aspectos, também conhecidos mas que, nos dias de hoje, aparecem com mais clareza e mais força, como verdadeiras lições permanentes.

Em primeiro lugar, o cuidado científico. E, foi justamente o respeito às bases científicas que deu vigor e credibilidade à reflexão sociológica e econômica. Talvez tenhamos sido a primeira geração de “cientistas sociais”, na expressão forte do termo, na América Latina. Não quero desmerecer nem esquecer a reflexão anterior, que alcançou momentos notáveis. Tivemos antecessores eminentes. Ainda no século XIX, para ficar no Brasil, lembro a sensibilidade de um Joaquim Nabuco para a sociologia do império; depois, já plenamente “cientistas”, Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Caio Prado. Haveria outros exemplos, espalhados na América Latina. É impossível entender o século XIX argentino sem o apoio de Facundo; a dinâmica de classes peruanas, sem Mariátegui, etc. Porém, o que conseguimos foi formar uma escola de pensamento. Elaborar “juntos”, com referências permanentes ao que se produzia, aproveitando e incorporando pesquisas e conhecimento. Neste sentido, a referência teórica, de Ricardo, Tocqueville, Marx, Weber, Schumpeter, dos fundadores, foi essencial. Voltamos às origens para dar consistência e, sobretudo, originalidade à nossa reflexão.

Exatamente por isto, pudemos construir um pensamento crítico, indo além do impressionismo sociológico, indo além de versões estereotipadas da realidade. Compreendemos que não era suficiente transpor as visões e interpretações de realidades outras, européias sobretudo, para a vida latino-americana. O respeito às teorias fundadoras, que traziam os quadres metodológicos necessários, permitiram que a sua transposição para o nosso mundo não se fizesse de forma automática e simplista. A revisão que Prebisch faz da teoria das vantagens comparativas, entendendo que era fundamental distinguir econômica e sociologicamente os países que, de forma diferenciada, se inseriam no mundo

do comércio internacional é talvez um dos exemplos mais brilhantes e acabados desse processo. A teoria não nos afastou da realidade, mas nos introduziu a seus aspectos mais problemáticos. Não forçamos portas de interpretação, antes enriquecemos as interpretações com uma visão aberta do que era a América Latina. Se partimos da dinâmica de “aberta” do que era a América Latina, se partimos da dinâmica de classes no capitalismo central, não deixamos de entender que, em nosso espaço social, havia diferenças, dadas, por exemplo, pela forma de relação entre as classes dominantes e o Estado, que exigiam meditação específica.

Um terceiro aspecto é o fato de que, em muitos de nossos trabalhos, soubemos mostrar a interpenetração do pensamento econômico com as questões sociais. Evitamos – e nisso a teoria da dependência teve algum mérito – reduzir a explicação das questões sociais ao meramente econômico. Aceitamos que, entre a infra-estrutura e a superestrutura, o jogo não estava dado, as soluções deviam ser buscadas cuidadosamente em cada formação social, em cada quadro nacional. Os exercícios comparativos foram ricos.

Um outro tema central foi a incorporação do internacional, iniciada por Prebisch, e que ganhou várias adições analíticas importantes. Sabíamos que o internacional modelava a nossa realidade, afetava diretamente a nossa vida econômica e social, e o importante era entender como. A teoria clássica do imperialismo sempre pareceu insuficiente para compreender a variedade e peculiaridade das situações latino-americanas. As soluções que tentamos, ora sublinhando a diversidade das formas de estrangimentos econômicos, ora apontando para as implicações sociais e políticas de modelos diversos de inserção no capitalismo, se não superaram os supostos leninistas, certamente mostraram que, na análise concreta, outros elementos e variáveis, além dos mecanismos de exploração, deveriam ser levados em conta.

Finalmente, sublinharia que a soma desses aspectos deu ao pensamento latino-americano inúmeras possibilidades no encontro com a realidade. Em primeiro lugar, houve, especialmente na Cepal, a preocupação em que o pensamento servisse ao desenvolvimento, à modernização dos países latino-americanos. A inovação na teoria se justificaria

na medida em que reunisse condições para moldar a realidade das práticas sociais. A multiplicação de políticas de Governo, inspiradas no pensamento desenvolvimentista, especialmente a de substituição de importações, é dado histórico. O pensamento dava corpo, direção e conteúdo modernos a um ator que historicamente tinha sido decisivo na definição dos rumos da vida dos países do continente: o Estado. A teoria justificou ações que promoveram processos de industrialização ao mesmo tempo em que examinava limites e condições desse processo. Em suma, o substrato é a perspectiva de transformação, suas possibilidades e limites.

Paralelamente, as próprias características gerais do pensamento – o sentido científico, a originalidade, a força crítica, etc – levam a que se exprima de forma diversa. São muitas as suas vertentes e uma das riquezas do momento é justamente o debate entre elas. Se me permitem um exemplo pessoal, dificilmente a minha versão, com Faletto, da Teoria da Dependência, seria formulada se não tivéssemos, como pano de fundo, as visões mais ortodoxamente marxistas da realidade latino-americana e as perspectivas mais nacionalistas, à maneira do ISEB, de nosso continente. Nesse sentido, insisto, constituíamos, na diversidade, uma escola de pensamento em que a regra é o debate interno e o respeito crítico às elaborações diferentes. Não nos faltou o direito à utopia. Para uns, a revolução e o socialismo; para outros, o Estado forte, capaz de mudar a própria natureza das relações sociais; para outros, o capitalismo racional. Mas, sempre a idéia de que podíamos ser melhores, mais justos socialmente, do que éramos.

Quando se lê o texto de algum teórico desse período, raramente se verifica uma preocupação com a dimensão social. São poucas as exceções e entre elas mencionaria a principal: Albert Hirschman. Não por casualidade, sempre que posso busco alguma inspiração não só em Weber, mas também em Hirschman, porque ele propõe uma saída para a contradição que Weber mencionava entre a vocação política e a vocação acadêmica. Quando Hirschman vai buscar em Kierkegaard uma citação para dizer que é preciso ter “a paixão pelo possível”, pode parecer uma citação sem importância, mas, na verdade, o que ele está que-

rendo dizer é que a possibilidade, a vontade, na dimensão política, tem de ser uma descoberta com paixão e tem que levar em conta as estruturas, as possibilidades de análise econômica, mas o que foi próprio dos anos 50 e 60 na América Latina, no pensamento de tantas pessoas, foi precisamente que elas não se deixaram levar pelos aspectos puramente econômicos, pelas estruturas, mas se deram conta de que para mudar era preciso ter uma dimensão de vontade.

Essa vontade, nos anos 50 e 60, buscava o chão firme do Estado. Naquela época, não se dava importância ao que hoje se chama “sociedade civil”. Não se consideravam muito os movimentos sociais, as forças de mudança que não estavam contidas na vontade organizada pelo Estado. Nos anos 50 e 60, salientávamos a força do econômico. Insinuava-se a necessidade de uma dimensão política, mas esta se resumia praticamente na organização do Estado, no planejamento, na capacidade de antecipar o que poderia ocorrer depois e de se orientar para objetivos concretos. Foi isso, nessa fase de elaboração e afirmação, o que realmente nos apaixonou.

2. Crise e crítica (70 e 80)

Os anos 50 e 60 são anos otimistas. Foi forte a criatividade intelectual na América Latina no período. As utopias variavam, o debate era intenso, mas poucos duvidavam de que o futuro seria melhor do que o passado. As duas décadas seguintes trabalham com outro diapasão. O ambiente político é o dos autoritarismos; o ambiente econômico, o da crise do modelo de crescimento. Multiplicam-se frustrações. O socialismo está bloqueado e a esperança da via eleitoral se frustra com a queda de Allende; o Estado, em que se depositavam expectativas de direção racional, se torna forte, mas com os contornos e as orientações erradas – na verdade, o autoritarismo disfarçava sua fraqueza real, viciado que estava pela falta de legitimidade –; as perspectivas das vantagens da inserção capitalista encontram, na crise da dívida, um sinal de que envolvia riscos altos.

Assim, diferentemente do que aconteceu nos anos 50, quando, embora reconhecêssemos as dificuldades de mudar, acreditávamos que as

mudanças estariam ao alcance das mãos, e o problema era desvendar que ator social seria o patrão de uma América Latina melhor e encontramos, nos anos 70, situações novas, que adicionavam obstáculos às nossas utopias.

Para ficar em uma caracterização geral, necessariamente simplista, diria que abandonamos as tentativas de teorias gerais ou, pelo menos, de médio alcance, e fomos obrigados a afiar o pensamento para uma atitude mais crítica no cotidiano – muitos de nós passamos a escrever em jornais, revistas de opinião –, e que busca, sobretudo, deslindar os mecanismos internos de um Estado – que revelava potenciais insuspeitados em sua capacidade de tolher a crítica – e de uma economia que parecia obedecer a soluções de uma lógica perversa. O desenvolvimento ocorre, mas com custos sociais altíssimos. A associação entre pensamento e política se dissolvia diante de uma realidade em que a marginalização de setores crescia, as questões de justiça social eram adiadas. Pode-se dizer que nos anos 70 e 80 os intelectuais redescobrem a democracia. Volta-se a ler Tocqueville. É a redescoberta da força da imprensa, da igreja, dos sindicatos.

Qual é a perspectiva de tratamento desses temas?

A perspectiva é a da compreensão da importância fundamental da democracia para o desenvolvimento de nossas sociedades. Não que a questão tivesse sido esquecida no período anterior, mas, na verdade, estávamos interessados mais na dinâmica das classes do que na das instituições, como se, definida a organização social ‘ideal’, decorreria, por gravidade, a melhor solução institucional. Os ideais de justiça e igualdade prevaleciam sobre os da liberdade. A supressão da democracia nos apontava, com clareza, a necessidade de olhar para o universo das garantias formais dos cidadãos, para os direitos humanos, para as liberdades. Outro ponto é o dos paradoxos da modernização e o tema da força política dos sindicatos, agora sustentados em indústrias modernas, que ganham novos contornos. O capitalismo autoritário não modernizava aspectos do aparelho produtivo, criava as bases para a sua superação.

Quais as conseqüências para a reflexão sociológica dessa perspectiva? Já vimos que, em muitas circunstâncias, o pensamento é forçado a

abandonar a reflexão sobre a dimensão estrutural e voltar-se para a conjuntura, reagindo a questões de curto e médio prazos. Porém, não só isto. Penso que duas linhas temáticas prevalecem.

Em primeiro lugar, era necessário desvendar o interior do Estado e, nesse sentido, os problemas institucionais aparecem mais claramente. Era fácil perceber a autonomia do Estado, até em exemplos na área da política externa – como um país “dependente” como o Brasil abriu, nos anos 70, várias frentes de conflito com os EUA, tanto na área comercial quanto na estratégica e política? O difícil era conhecer os seus limites e a sua dinâmica. Neste sentido, o conhecimento ‘interno’ dos Estados, das alianças que constitui, de como se influenciam as suas decisões, dos setores sociais com que forma unhas de aliança, o mecanismo dos “anéis burocráticos”, das formas de sustentação do autoritarismo e da democracia – como no caso da Venezuela – são temas correntes. Também o será, em uma nova perspectiva, a questão militar. Neste sentido, a contribuição norte-americana – afinal, o pensamento latino-americano sempre soube se enriquecer com a contribuição estrangeira, seja a teórica seja a que analisou aspectos específicos de nossa realidade – foi decisiva para renovar a temática e a metodologia da pesquisa em ciência política no Brasil. Não é por acaso que a própria diferença entre sociologia e ciência política fica mais marcada nos anos 70, quando os problemas se tornam mais explicitamente políticos e quando retornam dos EUA muitos pesquisadores; nós, que nos formamos antes, éramos, na maioria, devotos da sociologia européia.

Em suma, o tema da construção democrática abre simultaneamente o campo da reflexão sociológica e o da ação política dos intelectuais. Queríamos saber quais eram as origens do autoritarismo, as condições para que se mantivesse e onde seria vulnerável. Queríamos, politicamente, explorar as suas fragilidades. Discutimos suas raízes culturais e seus apoios de classe. Para alguns, o autoritarismo era mais que um fenômeno político e parecia o destino necessário de uma América Latina para a qual a História, corporativista e patrimonial, havia negado a experiência da liberdade.

Em segundo lugar, surgem, mais no campo da economia, preocupações localizadas e estruturais, com os efeitos da política econômica autoritária. Os temas conjunturais não estavam explícitos nos anos 50. No marco de um argumento de corte estrutural, preferíamos analisar modelos de organização econômica em suas interações com modelos sociais e políticos. Agora, trata-se de descer ao concreto, estudar implicações de *policies*, de orientações escolhidas pelos Governos. Para referir de novo as contribuições de um brazilianista, lembro as análises pioneiras de Fishlow sobre padrões de distribuição de renda.

Essas análises, que somam questões parciais, vão desembocar, mais adiante, já no fim dos anos 80, na compreensão do esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. Penso que a crítica ao modelo se fez por etapas. Inicialmente, como acabo de apontar, levantam-se as deficiências do modelo como indutor de justiça social; em seguida, quando se abre a crise da dívida, fica clara a falta de condições para que se promovesse um processo sustentável de autofinanciamento – e do momento em que se esgota a capacidade de poupança externa e a capacidade fiscal do Estado se enfraquece, não havia simplesmente poupança privada que levasse adiante o crescimento –; o peso da máquina estatal, em que se multiplicam atividades empresariais e regulamentadoras, se mostra ineficiente e incapaz de acompanhar as mudanças no mundo e no Brasil; o controle das variáveis macroeconômicas se perde com a inflação, em alguns casos, hiperinflação dos anos 80; finalmente, percebe-se, sobretudo quando se compara, já no final dos anos 80, com as experiências asiáticas, que o modelo simplesmente enfraquecera a competitividade da economia como um todo.

Faço um parêntese para dizer algo que se sabe mas que, ultimamente, anda esquecido. O modelo de desenvolvimento pela via da substituição das importações teve inegáveis efeitos positivos, sobretudo na criação de alicerces para o desenvolvimento futuro dos países latino-americanos. O fato de que hoje reconheçamos que se esgotou não deve excluir a compreensão de que desempenhou um papel importante. Sabemos que as exigências para lançar um desenvolvimento moderno, de

base industrial, impunham que o Estado assumisse, em medida relevante, a função de empresário, suprindo lacunas que correspondiam ao estágio de desenvolvimento das sociedades latino-americanas daquele momento. As idéias não são absolutas, expressam sempre conteúdos históricos.

Para concluir, existe, já neste período, a diminuição da importância das querelas ideológicas clássicas na sustentação das bases de valor do pensamento sociológico. Por uma razão simples: por imposição da luta política, centrada no esforço pela democratização, adversários da véspera se tornaram aliados e é evidente que isso traz conseqüências no plano da reflexão. De uma certa maneira, antecipamos, na luta pela democratização, efeitos de “desideologização” do pensamento, que ficaram claros com a Queda do Muro de Berlim. A preocupação com a conjuntura e a necessidade de focos críticos mais limitados são outros fatores que nos afastam das utopias “maiores” e nos induzem a buscar as “possíveis”. Não queríamos mais transformar radicalmente as sociedades, mas sabíamos que, sem transformações e, em primeiro lugar no sistema político, não haveria condições de vida digna para nossos povos. A crítica ao autoritarismo não foi só política. Nunca nos iludimos sobre o fato de que a democracia seria simplesmente um primeiro passo de uma longa caminhada. Sabíamos que o autoritarismo não era simplesmente opção de um grupo, mas estava incrustado historicamente, tinha raízes sociais profundas e talvez, por isso, saímos da experiência autoritária mais conscientes do que era necessário para transformar efetivamente as sociedades latino-americanas.

3. Renovação: os desafios contemporâneos

Faria, agora, um curto balanço do que apresentei, acentuando que, em essência, ao longo dessas quatro décadas, a América Latina construiu bases sólidas para “se pensar” e “se pensar” no mundo. Mais especificamente, nos anos 50 e 60, desenhamos a metodologia que nos permitiu compreender as relações estruturais que interpretavam as implicações de determinados modos de se inserir no sistema capitalista. Criamos a sensibilidade para a “mudança como rotina”, que marca o capitalismo

contemporâneo. Nos anos de crise, voltamos para as instituições e para a análise crítica da conjuntura. A reflexão completa um primeiro círculo: das bases estruturais desce ao universo das especificidades e das diferenças.

Agora, iniciamos um outro, em que as exigências de compreender relações estruturais novas se somam à necessidade de interpretar realidades políticas novas e, sobretudo, uma sociedade, igualmente nova. A agenda é ampla, desafiadora. Mas, acredito que tenhamos o suporte da História de um pensamento rico e, portanto, capaz de entender o que somos e o que podemos ser.

Não serei extenso na descrição da agenda sociológica, nesse momento em que, para mim, o desafio é menos o de pensar o Brasil e a América Latina do que o de vencer o duro cotidiano de governante de um país em desenvolvimento, ainda marcado por inúmeras desigualdades e injustiças. Vou me permitir voltar à minha condição de professor e propor indagações sem me obrigar a responder, como devem fazer os Governantes.

De qualquer maneira, aponto para algumas questões centrais:

- a. *O que significa desenvolvimento hoje?* Sabemos que o conceito se ampliou, que envolve questões ecológicas, de justiça social, de direitos das minorias e, ao mesmo tempo, supõe estabilidade macroeconômica e previsibilidade de regras. O problema é conhecer a relação interna entre os diversos aspectos, de tal forma que o processo de crescimento seja efetivamente modelado pelos valores que queremos universais e tenha continuidade. O peso da ciência da tecnologia, dos aspectos intelectuais, é outro dado decisivo – levanta problemas difíceis sobre como “sair do atraso”. Nas origens contemporâneas do pensamento latino-americano, havia claramente uma relação entre as propostas teóricas e as propostas de *policies*, entre reflexão e ação. Hoje, essa relação é mais intrincada, mas não pode ser perdida.
- b. *Como se dá a inserção da América Latina no mundo?* Na visão da teoria da dependência, aprendemos que o internacional modelava “por dentro” as sociedades latino-americanas. Hoje, o processo con-

tinua, embora, com a globalização, os efeitos possam ser muito mais contundentes. Pensávamos, nos anos 60, nos efeitos estruturais da inserção que, hoje, se tornaram mais complexos e aos quais se acrescentou a possibilidade de efeitos conjunturais de extraordinário impacto, e na idéia da “onipresença de fluxos” – estudada por Manuel Castells –, não apenas econômicos ou financeiros, mas de ampla abrangência, envolvendo modos de comportamento e movimentos de cultura e informação. O levantamento desses dois processos – estruturais e conjunturais – e suas interconexões devem ser revistos, e com muito cuidado, porque é essencial para definir as formas “ideais” de reação das sociedades ao sistema internacional, essencialmente, as melhores maneiras de aproveitar a inescapável globalização.

Ainda sobre conseqüências da globalização, gostaria de chamar atenção, em primeiro lugar, para a necessidade de uma reflexão sobre o processo internacional, especialmente sobre algo para que, nós, cientistas sociais, não atentávamos com a devida importância nos anos 60: os temas de política externa. Víamos a política externa como uma ação reflexa dos modos de inserção no sistema capitalista, de tal modo que não merecia teorização própria. Não por ter sido eu Chanceler, mas o fato é que as opções de política externa devem ser analisadas em sua dinâmica própria. Há fatores de natureza histórica, estratégica, cultural e tantos outros que afetam diretamente a relação de Estado a Estado e que nos permitem entender opções diplomáticas que se tornam crescentemente relevantes para a análise da modernização de nossas sociedades.

Outro tema que não fazia parte do nosso repertório tradicional – simplesmente não estava na agenda – é o do narcotráfico. É evidentemente um fenômeno global e de extrema gravidade. Mas, ainda estamos longe não só de conhecê-lo em suas manifestações e em sua dinâmica – mesmo o seu alcance é ainda ignorado – como não sabemos o que significa socialmente. É uma doença social? A que se relaciona? À transformação de valores, à exacerbação individualista, à fuga? É uma questão central para que compreendamos não somente o lado criminal do problema, mas o seu verdadeiro significa-

do social. No fundo, é um dado indispensável para conhecer as sociedades modernas.

- c. *De que forma definir o papel do Estado?* A crítica liberal ao Estado latino-americano tem o defeito de buscar em padrões ideológicos o que é necessário fazer com o metro da realidade. De uma certa maneira, para enfrentar as forças da globalização, é necessário fortalecer o Estado, que deve criar os mecanismos de sensibilidade para a mudança que talvez não tivesse antes. A ação do Estado para conduzir políticas de estabilização, hoje praticamente um “valor” para as sociedades, pode ser abalada por movimentos externos e exige reflexão cuidadosa. De outro lado, as funções clássicas do Estado se renovam. Não existe legitimidade para os Governos se não houver, para os nossos povos, a compreensão de que podem atingir condições de segurança, de justiça adequada, de saúde, de habitação, de educação, de seguridade social em horizonte visível. A pergunta que se coloca, então, para os pesquisadores, é a seguinte: “de que maneira um Estado “pobre”, enfraquecido por déficits fiscais que minam a sua capacidade de agir, reconstruirá condições de atuação efetiva? Além disso: Como realizar os ideais de igualdade que ainda são o pilar necessário de pensamento que quer realmente a melhoria da condição humana?
- d. *Como governar democracias?* Nossos países se renovaram. Deixaram de ser sociedades simples, em que era possível reduzir as explicações de sua dinâmica a um jogo de poucas classes. Aliás, repensar o problema das classes na América Latina, marcando as diferenças entre as sociedades nacionais, é o primeiro passo. A globalização, como aliás já mostrava a dependência em um sistema capitalista mais simples, traz implicações dialéticas, uniformiza e diferencia simultaneamente. De outro lado, o peso dos interesses singulares, expresso pelas ONGs, e o papel crescente do *mass media* e de outros meios de comunicações eletrônicos alteram o metabolismo social, questionam as formas clássicas de representação; a democracia se torna mais “viva”, multiplicam-se as exigências de resposta dos governos. Qual é a teoria para países ainda fortemente desiguais, mas que são

marcados por comportamentos típicos das democracias de massa? Qual o significado de esquerda e direita no mundo de hoje?

Poderia ir adiante nas minhas indagações. Mencionar, por exemplo, algumas questões internacionais, entre as quais avulta a da integração, que significa a retomada da América Latina como um espaço de cooperação, de forma não-retórica, efetiva e inovadora. Que rumos tomar daqui para frente? Como completar o trabalho de integração, como irão conviver o Mercosul e o Nafta? Como superar as antigas dicotomias, como a que opunha inflação à recessão, mercado interno a externo, Estado a setor privado, crescimento à distribuição de renda? Como alcançar estabilidade e transformá-la em base para o crescimento sustentável? Como evitar o modelo concentrador de renda e realizar políticas públicas compensatórias? É fundamental uma reflexão sociológica sobre o aparelho judiciário, outro tema esquecido pela ciência social e tão decisivo para o cotidiano dos cidadãos.

Mas, ficarei por aqui. Todas as indagações que fiz apontam para a necessidade de refletir sobre processos de mudança. Nisso, o pensamento latino-americano não se altera desde os primeiros dias de seu lançamento por Prebisch. Como pensadores, quisemos “aprender” a mudar uma realidade que víamos como injusta. Agora, trataremos de fazer a mudança, orientados pelas utopias possíveis.

Gostaria de estender-me mais nessas digressões “semi-acadêmicas”, mas, infelizmente, não há tempo para isto, pois outros deveres nesta visita de Estado à Venezuela me aguardam. Queria reiterar meus agradecimentos à UCV que me outorgou o título de Doutor *Honoris Causa*. Registro, também, o meu agradecimento pessoal a Heinz Sonntag, que é um homem do mundo, um intelectual que chegou ao ponto máximo da uberdade: escolheu sua Pátria. Durante todo esse tempo, tendo chegado de fora, em 1968, vindo da Alemanha, Sonntag escreveu sobre tudo o que eu mencionei aqui, sobre tudo isso há trabalhos de Heinz Sonntag. Nem sempre estivemos de acordo, mas fomos capazes de discutir, de “brigar” intelectualmente. Guardamos sempre, porém, o que é fundamental na vida acadêmica: a orientação permanente em direção

aos valores universais, o sentido de que sem a crítica intelectual séria, sem a crença em certos pontos de referência não se adquire conhecimento e uma permanente disposição para a participação.

Esta Universidade ajudou a Venezuela a mudar. Heinz Sonntag ajudou-nos a mudar. E eu faço o que posso para mudar um pouco que seja o Brasil.

Muito obrigado.